

A Paz no Século XXI: Estados, Capital e Instituições Multilaterais *versus* Arbitragem Posicional, Mobilidade Diária, Redes e Multiverticalidade¹

Peace in the Twenty-First Century: States, Capital, and Multilateral Institutions Versus Positionality Arbitrage, Everyday Mobility, Networks, and Multi-verticality

Oliver P. Richmond²

RESUMO

A “longa paz” dos últimos vinte e cinco anos foi marcada por vários debates sobre a paz democrática-liberal, os direitos humanos e o cosmopolitismo. Esses debates estão relacionados às várias formas de intervenção – do desenvolvimento à construção da paz e à intervenção humanitária. Esse modelo de “sistema/ordem intervencionista” surgiu a partir da pressão de uma gama de diferentes frentes. Além disso, atualmente, novas tecnologias de intervenção estão emergindo nas áreas militar e humanitária. Subjacente a essas discussões está um debate inacabado sobre se o Estado e a arquitetura internacional podem, ou não, finalmente ampliarem-se para um sistema unificado de governo (ou governança) mundial. Esse artigo examina como a paz e o desenvolvimento podem ser repensados, se a versão prévia de um quadro de referência progressista (i.e. a paz liberal) está, atualmente, sendo revisto, e se a intervenção mudou para formas neoliberais.

ABSTRACT

The ‘long peace’ of the last twenty-five years has been marked by various debates on liberal-democratic peace, human rights, cosmopolitanism. They are all linked with various forms of intervention- from development to peacebuilding and humanitarian intervention. This ‘interventionary system/ order’ model has come under pressure from a range of different fronts. Furthermore, new technologies of intervention are now emerging in military and humanitarian fields. Underlying these debates is an unfinished debate about whether the state and international architecture may or may not eventually extend into a unified system of world government (or governance). This article examines how peace and development may be rethought if the previous version of a progressive framework (i.e. the liberal peace) is now being revised and intervention has shifted toward neoliberal forms.

¹ Tradução: Thaíse Kemer. Revisão: Aureo de Toledo Gomes e Ramon Blanco.

² Oliver Richmond é Professor de Relações Internacionais e Estudos sobre Conflitos e Paz na Universidade de Manchester, Reino Unido. Ele é, também, Professor Internacional do College of International Studies, na Universidade de Kyung Hee, na Coréia do Sul, e Professor Visitante na Universidade de Tromsø. Suas publicações recentes incluem *Peace Formation and Post-Conflict Political Order*, (Editora Oxford University, 2016), *Failed Statebuilding vs Peace Formation* (Editora Yale University, 2014) e *A Very Short Introduction to Peace* (Editora Oxford University, 2014). Ele é editor da série de livros da Palgrave *Rethinking Peace and Conflict Studies*, e co-editor do Journal *Peacebuilding*.

A História não se repete, mas, frequentemente, rima.

(Atribuído a Mark Twain).

As formas políticas que nós uma vez conhecemos – o Estado-Nação, a soberania, a participação democrática, os partidos políticos, o direito internacional - chegaram ao final de sua história. Elas permanecem parte de nossas vidas como formas vazias, mas a política contemporânea assume a forma de uma “economia”, isto é, um governo de coisas e de homens.³

O cínico é o funcionário da humanidade em geral: ele é um funcionário da universalidade ética.⁴

INTRODUÇÃO

O último século assistiu à criação de um Estado e de um ambiente internacional mais justos, estáveis e prósperos do que vistos, até a atualidade, na história, mesmo quando da perspectiva do cidadão. Esse processo requisitou uma série de desafios constantemente em evolução às estruturas de poder antigas e arraigadas, do feudalismo ao patriarcalismo, ao nacionalismo e à ideologia. Muito desse processo baseou-se na crescente mobilidade de pessoas, ideias, capital, recursos e tecnologia. Ao longo da história, a mobilidade foi essencial para o gerenciamento de conflitos, da mesma forma que foram essenciais as intervenções, o desenvolvimento, os quadros de referência institucionais para a política e o Estado, a sociedade civil e o contrato social (ACEMOGLU e ROBINSON, 2012, p. 139; FOUCAULT, 2008, p. 37). A mobilidade permitiu que pessoas praticassem uma arbitragem material e baseada em direitos, onde o Estado ou o internacional falharam em aprimorar seus domínios, devido a guerras ou ao subdesenvolvimento. Contudo, esses elementos de paz e de ordem encontram-se, frequentemente, em tensão mútua. O Estado, a arquitetura internacional e a governança global estão, atualmente, sofrendo uma crise de legitimidade relacionada à sua falta de

³ “Deus não morreu, ele foi transformado em dinheiro” - *An interview with Giorgio Agamben - Peppe Savà*, <http://libcom.org/library/god-didnt-die-he-was-transformed-money-interview-giorgio-agamben-peppe-sav%C3%A0>, 10 de Fevereiro de 2014.

⁴ Michel Foucault. *The Courage of Truth: The Government of the Self and Others II*, Lectures at the College de France, 1983-84. London: Palgrave, 2011, p. 301.

inclusividade, de igualdade, de autoridade e de habilidade para agir em nome da justiça social.

Desde o século XIX, tem havido uma transformação baseada em uma “...configuração complexa de industrialização, construção de Estados racionais e ideologias de progresso...”, o que levou a um sistema centro-periferia e, mais recentemente, a um mundo policêntrico (BUZAN e LAWSON, 2015, p.1) e mais descentralizado. No entanto, esses sistemas ainda representam uma “Angloesfera” (VUCETIC, 2011) moderna. O fato de a posicionalidade subalterna ser essencial para compreender as condições para a emancipação, fortemente apoiadas por determinadas elites, provavelmente poderosas ou influentes, é amplamente assumido nos debates críticos, liberais e em outros debates reformistas. Para muitos, contudo, a leitura legítima do progresso visto nesse período representa uma mudança rostowiana da tradição à modernidade, abrangendo do pensamento associado a Platão e a Aristóteles ao associado a Kant e a Rousseau, e rumo à moderna democracia liberal e ao capital global (ROSTOW, 1960). O progresso é visto por muitos pensadores, especialmente por aqueles solidários às correntes políticas, normativas, legais e econômicas do liberalismo, como uma forma de *meliorismo*: que a adoção e a disseminação da paz positiva requerem uma reforma social, estatal e internacional, assim como o desenvolvimento da condição humana (MALLOY, 2013, p.467). Na verdade, há cinquenta anos, a Convenção Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, agora raramente mencionada, situou muitos desses problemas na linha de frente da política estatal⁵ e internacional liberal.

Alguns pensadores apontaram para a relação histórica existente entre liberação, emancipação e progresso (LINKLATER, 1996, p. 280), mas muito da literatura sobre Relações Internacionais (RI) e sobre a paz, a guerra e o conjunto de práticas de intervenção carece de profundidade histórica o suficiente para ser capaz de compreender a diferença entre um quadro de referência epistemológico de emancipação, seu foco nas microrrelações de poder e as relações de poder inerentes a formas centralizadas e vanguardistas de empoderamento vislumbradas no internacionalismo-liberal, no marxismo internacional, na governança global e no neoliberalismo. A teoria e a política

⁵ *International Covenant on Economic, Social, and Cultural Rights*, 1966. Disponível em: goo.gl/Xu0Tbj.

das RI assentam-se sobre o ponto de vista do “provincialismo”⁶ ocidental. O enquadramento ontológico subjacente da realidade e do discurso, habitando o mesmo espaço, encorajou a teoria a ignorar o crescente descasamento – e a perda de legitimidade – entre teoria, prática, agência e estrutura. Contudo, esse descasamento já foi destacado em trabalhos críticos, feministas, ambientais e pós-modernos e foi completamente analisado por pensadores pós-coloniais, anticoloniais e decoloniais.

Muitas questões emergem dessa visão crítica. Será que nós podemos nos mover para além das ideias mais antigas de paz e de ordem - e suas racionalidades e dispositivos associados - as quais implicam, simplesmente, que as RI e a política tiveram que ocorrer dentro dos limites de poder, de estrutura e de natureza e desenvolver uma visão ética e normativa mais maximalista para as RI? A diferença, a desigualdade e as relações desiguais de poder podem ser permanentemente gerenciados pelo Estado e pelas instituições internacionais, ou eles tornar-se-ão, também, vítimas do poder desigual, como parece, frequentemente, ter sido o caso desde a Segunda Guerra Mundial? (HURRELL, 2007, p. 32). As redes transnacionais e informais podem ser incluídas na política internacional e as ontologias relacionais podem superar os binários eu-outro, exterior-interior, associados à soberania territorial? O discurso, a linguagem, a mediação, a negociação e a tradução – “um exército instável de metáforas” (NIETZSCHE, citado em HURRELL, 2007, p. 37) – podem ser utilizados para a causa da paz e da justiça, ao invés da guerra e do nacionalismo? Os limites da natureza podem ser transcendidos de forma a produzir a paz no século XXI, especialmente com os tipos de dados complexos agora disponíveis, alguns deles pela primeira vez nas áreas da sociedade, da economia, da política, do meio ambiente, da ciência e da tecnologia? O conceito contemporâneo de “governança global” captura essas possibilidades?⁷ “Governar o mundo” em sua complexidade é mesmo possível, ao menos de uma forma organizada e inteligente (MAZOWER, 2012)? Como noções e práticas divergentes de legitimidade seriam mediadas (em diferentes línguas, histórias e culturas) e como as hierarquias seriam legitimadas ou removidas? Tudo isso precisa ser pensado no contexto do Antropoceno (CRUTZEN, 2002), trazido pela intervenção humana, e o que isso significa para uma

⁶ Ver, por exemplo, Arlene B. Tickner and David L. Blaney. (eds.). *Thinking International Relations Differently*. London and New York: Routledge, 2012.

⁷ Commission on Global Governance. *Our Global Neighbourhood*. New York: Oxford University Press, 1995.

agência complexa e entrelaçada, assim como a modificação da estrutura, de forma a promover a legitimidade sustentável, a equidade e a justiça no planeta.

Esse artigo discute a relação das práticas intervencionistas com a paz e as avalia de acordo com o que seria denominado de teoria emancipatória (PATTBERG e WIDERBERG, 2015, p. 685).

1. ORDEM INTERNACIONAL E PAZ

Por trás de todas as propostas por uma ordem internacional mais pacífica na história, surge a velha ideia de uma Comunidade de Nações, prometendo bens públicos mais vastos para todos, sendo territorializada, frequentemente racializada (ANIEVAS, MANCHANDA e SHILLIAM, 2015) e conectada com o poder e com o Estado (ELDEN, 2013, p. 330). E. H. Carr viu a formação das amplas instituições europeias após a Segunda Guerra Mundial como práticas e necessárias para tal processo, o qual, possivelmente, levaria a uma “sociedade internacional pós-Estado” (MALLOY, 2013, p. 472; CARR, 1939 e 1942). Contudo, o papel da União Europeia (UE), por exemplo, não fugiu completamente da velha lógica estatal. Essa fuga seria necessária para providenciar um substituto para a Guerra, Carr pensou, como um mecanismo ordenador, superando o que Marx identificou como uma relação destrutiva entre terra, capital e trabalho (ELDEN, 2013, p. 9). Seria necessário separar as pessoas de suas relações próximas e históricas com o solo, traduzidas em uma “tecnologia política” (ELDEN, 2013, p. 15) de um Estado nacionalista e de formas territoriais de soberania, rumo a uma forma de comunidade mais pluralista, talvez, até, uma pólis global. Na verdade, direitos humanos, democracia e prosperidade começaram, lentamente, a deslocar a soberania, o autoritarismo e a oligarquia em muitas partes do mundo, e mesmo o territorialismo foi questionado como a base do poder soberano. A segunda metade do século XX assistiu às instituições internacionais, ao direito e às normas serem gradualmente construídos em uma arquitetura de paz estatal e internacional estabelecida. Após o fim da Guerra Fria, isso apresentou um crescente paralelo e, frequentemente, em tensão, com o capitalismo global. Embora a maioria das pessoas tenha experimentado maior mobilidade e se beneficiado da existência de redes de contato, o Estado e o capital ainda definem a maioria de suas vidas, as quais ainda ecoam o colonialismo.

Se invertermos os debates tradicionais sobre paz nas RI - os quais emanam de acordos internacionais politicamente neutros e em nível de Estado, desenvolvimento e comércio, assim como a governança global – para uma visão mais subterrânea do local e dos agentes subalternos, então as RI são baseadas em um amplo conjunto de práticas intervencionistas, ao invés de serem baseadas em um sistema fixo. A paz, dessa forma, parece bem diferente. Se o apogeu das reflexões sobre a paz é o sistema de paz liberal, então a era pós Guerra-Fria assistiu a diversas tentativas de desenvolver um “direito de intervenção” a ele relacionado, com vistas a respaldar o sistema intervencionista, culminando com a Doutrina da Responsabilidade de Proteger (R2P), de 2005⁸. Contudo, a R2P não conseguiu reconciliar os direitos humanos com a soberania, aos olhos de muitos dos Estados e povos do mundo, os quais preferem a soberania ao risco de intervenção. Na prática, a R2P situou o Estado acima do subalterno e do social. Ao mesmo tempo, em países onde a economia foi vista como um instrumento da política, da China ao Brasil, o capitalismo global foi adotado, apesar de suas falhas relativas ao desenvolvimento sustentável e à desigualdade.

Dessa forma, a intervenção está relacionada com o governo de um mundo fluído, baseado em uma ordem soberana imutável e em uma hierarquia relacionada ao capital e à segurança. A própria arquitetura internacional está ancorada em uma “ordem intervencionista” relacionada ao objetivo de formas neoliberais de paz, ao invés de uma estrutura fixa de Estados soberanos ou de melhorar e sustentar o social e os subalternos. Em oposição à arquitetura estadocêntrica e internacional cuja existência percebemos, a estrutura das RI é, na verdade, um sistema de redes, práticas e discursos intervencionistas, os quais emanam de um grupo central histórico de Estados dominantes e de atores em cada região (Estados Unidos, China, Índia, Rússia, Reino Unido, Brasil e as instituições criadas por eles, ou das quais são membros, da ONU, do Banco Mundial e da União Africana à União Europeia). Redes de agências sociais periféricas giram em torno desse centro.

Essa visão alternativa, que problematiza qualquer noção de uma ordem internacional natural, fixa e neutra de governança global, estatal e territorial, pode ser atribuída a práticas históricas de intervenção, da invasão ao imperialismo, a tutela e,

⁸ International Commission on Intervention and State Sovereignty, 2001.

atualmente, o desenvolvimento, a construção de Estados, a construção da paz e a contrainsurgência, interligadas ao longo do tempo. Essa continuidade significa que a forma pela qual compreendemos a paz em um contexto histórico de agência crítica resistente deve, também, ser reconsiderada, evoluindo de uma paz do vitorioso para uma paz liberal e, agora, para uma paz neoliberal que requer o capital global e a securitização da contrainsurgência. Isso representa uma estrutura histórica de intervenção. No melhor caso, essa evolução levou a uma forma negativa de paz híbrida e a uma negação geral dos objetivos da resistência emancipatória.

2. INTERVENÇÃO E PROGRESSO

A paz emancipatória pode ser extraída do sistema intervencionista/internacional (paz do vitorioso, paz imperial, paz liberal, paz neoliberal) ou deve ser extraída de pensamentos avançados e vanguardas relacionadas, ou de uma posicionalidade (subalterna, estatal, institucional, global, transnacional, normativa, instrumental, etc) e resistência específicas? A transformação e o “progresso” deveriam ser identificados e direcionados a partir de uma posicionalidade de elite vanguardista, ou a partir daquela dos subalternos? Esse é um debate que está em curso, provavelmente, desde as contribuições de Platão e de Aristóteles. Kant e Hegel enfatizaram essas tensões de formas diferentes: despotismo *versus* reconhecimento e justiça. A experiência da responsabilidade de proteger (R2P), como sua culminação contemporânea, e a experiência da paz liberal sugerem que a conexão entre a intervenção e o progresso é problemática, mas, também, que as contribuições subalternas são, de forma similar, débeis. A governança elitista e distante falha em identificar questões salientes e utiliza instrumentos de caráter genérico.

A agência subalterna é fraca e, geralmente, inaudível ou ignorada, e localiza-se em sistemas sociais, políticos, econômicos e ambientais mais amplos, em uma forma isolada ou recíproca, ao invés de localizar-se em uma forma dominante. Essa agência limitada ou em rede não significa um poder mais direto, mas, sim, que possibilidades complexas para mudança e reforma existem em agentes e espaços improváveis. É uma agência distribuída, ao invés de intencional, com múltiplas vias e dimensões, formando enxames por meio de microssolidariedades, as quais são, geralmente, eventuais na natureza (DÜRBECK, SCHAUMANN e SULLIVAN, 2016, p. 122). O chamado pluralismo de

agência que ela oferece pode, muito bem, ser a base para a legitimidade no nível social e ser, também, a base para o hibridismo.

Contudo, se a intervenção é a estrutura, ao invés do sistema de Estados, a governança global, ou o capital global, então é possível assumir que os atores internacionais dominantes (como os Estados Unidos) desistiram, ao menos desde 1945, da ideia de que a subalternidade pode ocasionar o progresso. Uma ordem intervencionista e hegemônica (embora benigna), ao invés de uma ordem comunitária orgânica ou cosmopolita é, portanto, necessária. Assim, inverte-se a forma pela qual a paz é pensada – não como uma paz negativa e estática entre facções beligerantes, mas como uma mediação da estrutura pelos Estados dominantes, governos e capitais a favor das elites. Isso exclui as possibilidades de trazer progresso, definido como ordem, paz, segurança e avanços econômicos e sociais a partir da habilidade das massas. Por outro lado, o subalterno requer intervenções para modificar as estruturas de dominação por eles enfrentadas, as quais, de outra forma, seriam imutáveis. Os entes hegemônicos controlam a intervenção e os subalternos apenas de forma parcial.

A modernidade tentou resolver esse problema por meio de direitos, do contrato social e do Estado de bem-estar, de instituições liberais e do neoliberalismo, assim como por meio de novas tecnologias. Contudo, a ordem internacional, cuja densidade de redes e de cooperação internacional é crescente, tal como desenvolveu-se a partir de Westfália, permanece fortemente marcada pelo poder e pela exclusão, mediante a hegemonia do Ocidente e dos Estados Unidos, assim como do multilateralismo estadocêntrico.

Na última década, o consentimento sobre tal ordem não esteve próximo de ser alcançado pelo resto do mundo. Muita credibilidade foi perdida desde as guerras do Afeganistão e do Iraque e durante a crise financeira dos últimos sete anos. Apesar dessas dificuldades, a ordem internacional está mais interligada, cooperativa, interdependente e transnacional do que jamais esteve na história. Isso é verdade para quaisquer das principais formas atuais do Estado moderno – liberalismo ocidental e neoliberalismo, ou democracia “gerenciada” e capitalismo, em outros lugares.

O problema com os projetos anteriores críticos para paz, sejam eles coloniais, marxistas, internacionalistas liberais, críticos e neoliberais, é que tendem a conceber as intervenções como um instrumento de poder, emanando de unidades/conceitos estáticos (Estados, a comunidade internacional, a justiça social, ou normas), usando vanguardas

estratégicas, de classe ou liberais, que possuem tanto o direito quanto o poder para intervir em níveis sociais ou estatais. Seu subtexto mais profundo é que a agência social pode superar as formas diretas e estruturais de poder e aglutinar-se em torno de uma agenda internacional mais emancipatória, se o espaço lhe for concedido. Mas eles também estabelecem a agenda com base em pressupostos internos. Do lado marxista, não muitas conquistas podem ser observadas na história recente e o compromisso social-democrático ou liberal entre a sociedade e o poder certamente oferece, até agora, a indicação mais forte das possibilidades de progresso. A questão para o “local” no meio dessas relações de poder, e procurando uma paz mais progressista, é: como mudar a intervenção a seu favor, com vistas ao objetivo de uma forma mais positiva de paz, à luz do legado da paz liberal e de todas as práticas que ela enseja?

De fato, muitas características da paz liberal, desde a autodeterminação até a democratização, liberalização econômica e globalização, tiveram efeitos contraditórios. Quando partes de um processo de paz, como elas inevitavelmente o são, globalização e neoliberalização podem, por vezes, minar a independência e a capacidade da sociedade de resistir à opressão, a igualdade, os direitos e a democracia. Tais processos são bastante contraditórios, pois, ao mesmo tempo em que estruturas neopatrimoniais de autoritarismo se sobrepõem a direitos individuais, outras áreas podem eventualmente se fortalecer, garantindo direitos e justiça⁹.

A antiga luta para o alargamento dos direitos humanos fez escassos progressos desde a década de 1960. De uma maneira ligeiramente mais sensível, a Doutrina Capstone das Nações Unidas indicou a forma pela qual a legitimidade das operações de paz deveria estar presente aos olhos das populações locais, caso tais missões almejassem o êxito¹⁰. Recentemente, os militares dos Estados Unidos e do Reino Unido também fizeram assertivas semelhantes. A R2P pretendeu assegurar os direitos das pessoas sobre a soberania, mas foi prejudicada pelas objeções do norte e do sul. A “Agenda de Desenvolvimento Pós-2015” coloca esses objetivos em um contexto material e global de

⁹ Para uma importante discussão sobre esse paradoxo na região do Oriente Médio e do Norte da África, ver Hinnesbusch, Raymond. Globalisation, democratisation, and the Arab Uprising. *Democratization*, Vol. 22, Issue 2, Março 2015.

¹⁰ UN Department of Peacekeeping Operations. *Capstone Doctrine: Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines*. New York: DPKO, 2008.

crescente desenvolvimento sustentável no mundo, o qual, contudo, parece improvável sob as formas contemporâneas de governança global.

Como teóricos anticoloniais, pós-coloniais e do desenvolvimento notaram, o colonizado, o pobre e o oprimido não são meros sujeitos do colonialismo, mas estão nele implicados, o que significa que, nas RI, a paz também está implicada na guerra e na violência tanto quanto elas poderiam ser vistas como emanando de um contexto geográfico, um grupo ou um Estado específicos. Isso pode ser descrito como um Estado de guerra estrutural a partir do conceito de violência estrutural, entendido aqui como violência sistêmica, social e cultural que não pode ser removida sem uma reforma do sistema como um todo. Essa perspectiva somente pode ser completamente compreendida a partir de uma posicionalidade subalterna. A forma pela qual os Estados pacíficos e as sociedades podem estar implicados nas diversas guerras em curso abre novos panoramas para a compreensão da natureza de uma ordem internacional mais pacífica, do bom Estado, da própria comunidade política e do contrato social, assim como questões de justiça, igualdade material e intervenção. Em outras palavras, teríamos a possibilidade de refletirmos sobre a paz e a boa vida contemporâneas (ou o “bem viver”)¹¹. Ou a violência estrutural é tolerada no sistema existente, ou o progresso aponta para uma reforma sistêmica diretamente conectada ao local e às complexas demandas locais. Modificações menores no sistema podem não ser suficientes para a manutenção da legitimidade. O progresso não está em forçar o sistema existente e sua violência estrutural, sob tais circunstâncias de posicionalidade e de conhecimento. Ao invés disso, é necessário refinamento ou substituição.

O progresso que foi realizado ao longo dos dois últimos séculos poderia ser considerado como tendo ocorrido, majoritariamente, devido a formas civis e sociais de ativismo e de mobilização, as quais foram, inicialmente, idealistas e, geralmente, mobilizações clandestinas adotadas por lideranças, ensejando democracia. Tais processos parecem respaldar a democracia e seus instintos sociais. A simbiose do social e da democracia não foi, portanto, como Platão uma vez temeu, somente apoiada por interesses impraticáveis, levando à tirania, ou como Tocqueville argumentou, produziram

¹¹ Ver, por exemplo, Gilbert Rist. *The History of Development*. London: Zed Books, 1996, p. 246.

mediocridade – ao menos até o momento¹². De fato, a simbiose das forças de mercado e da burocracia aponta para a tirania, utilizada para impedir as demandas democráticas por uma distribuição de recursos mais justa que esteja em paralelo com direitos iguais. Demandas difíceis da maioria parecem ser muito menos violentas do que formas minoritárias de opressão.

Como T. H. Marshall (2009) argumentou, cidadãos do Ocidente ganharam direitos civis no século XVIII, direitos políticos no século XIX e direitos sociais no século XX, embora de forma inesperada, no século XXI – ao menos até agora – todos os três conjuntos de direitos estão, no momento, sob alguma pressão ao invés de convergirem, ou uma quarta camada de direitos é impedida de emergir. Ao longo do tempo a ideia de direitos básicos dos cidadãos vis-à-vis os governantes, várias versões de um contrato social, a compreensão da necessidade de localismo, a descentralização e noções mais sofisticadas de direitos humanos (embora a maioria não tenha sido, ainda, implementada) foram desenvolvidas. Isso poderia ser considerado como estando crescentemente representado no sistema internacional, embora de maneira não totalmente formal, por meio da “primeira ONU”, oriunda dos Estados membros; a “segunda ONU”, dos funcionários civis internacionais; e a “terceira ONU”, relacionada aos atores não-estatais, organizações não-governamentais (ONGs) e outros atores da sociedade civil, ou, ainda, uma quarta, formada por aqueles que trabalham em redes transnacionais, escalares e, por vezes, transversais, de forma a melhorar direitos e a satisfação de necessidades ao redor do mundo¹³. Quando essas formas convergem com diversas sociedades ao redor do mundo, a paz pode ser considerada como tendo convergido com a arte de governar.

Contudo, existe a questão se esses desenvolvimentos deveriam ser incorporados na pessoa, no cidadão, no Estado ou no internacional. Ademais, de que forma exercitam poder e autoridade, assim como com qual legitimidade conseguem se manter? Até o momento, o Estado territorial, e Estados muito específicos, dominam a ordem global e regional, a despeito de um transnacionalismo cada vez mais denso. Noções weberianas de

¹² Platão, *Republic*, Book VIII, New Haven: Yale University Press. 2006; Alexis de Tocqueville. *Democracy in America*. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.

¹³ Ver Thomas G. Weiss e Adriana Erthal Abdenur. Introduction: emerging powers and the US- what kind of development practice. *Third World Quarterly*, Vol. 35, Nº10, 2014, p.1753; Thomas G. Weiss, Tatiana Carayannis e Richard Jolly. “The “Third” United Nations. *Global Governance*. Vol. 15, 2009, pp.123–142. Ver, também, Anne-Marie Slaughter. *A New World Order*. Princeton: Princeton University Press, 2004; e Margaret E. Keck & Kathryn Sikkink, *Activists Without Borders*. New York: Cornell University Press, 1998.

Estado associadas à legitimidade do tipo *top-down* estão claramente em conflito com as versões *bottom-up*, subalternas ou foucaultianas do sujeito agente (DI PALMA, 2013, p. 93). Ambas estão, por vezes, em tensão com as normas internacionais liberais e o capital global ainda produz tensões adicionais e fundamentais associado ao arcabouço liberal de direitos. Em suma, a arte de governar está alinhada com a hegemonia econômica e geopolítica e não com interesses dos subalternos.

Existe, também, uma questão não resolvida sobre se a democracia pode ser obtida de forma não democrática, e se a paz pode ser obtida por meio da violência, como Tully criticamente argumentou¹⁴. A evidência dos últimos vinte e cinco anos sugere que a resposta para ambos os questionamentos não é clara: toda ordem legítima necessita de ferramentas viáveis de intervenção para sustentar a si própria. O que constitui uma ordem legítima e a viabilidade, ou consentimento, para as ferramentas de intervenção permanece aberto a debates. A violência deve ser o último recurso e não pode estar presente na paz substantiva, mesmo na forma estrutural. A intervenção, raramente, é localmente sancionada. Arranjos territoriais parecem ser essenciais para que as sociedades formulem legitimidade, mas múltiplas reivindicações para um tipo de legitimidade territorial geralmente causam conflitos, pois, na maioria das vezes, legitimidade é, de alguma forma, majoritária ou exclusivista, perpetuando a desigualdade. Isso, claramente, não pode levar a uma ordem progressista.

Houve muita tensão sobre se as intervenções criam uma ordem mundial universal, mas hierárquica, ou se criam ordens entrelaçadas, que lidam com a diferença e com a desigualdade. Ao longo das últimas décadas, tem havido uma crescente contradição entre a autonomia estatal e uma ordem internacional legítima e vinculante. Lutas por autonomia, direitos humanos e democracia, pela descolonização e pela igualdade soberana, pela justiça distributiva e social e pelo liberalismo cultural, como Bull e Watson (1984) certa vez argumentaram, influenciaram o meio global, talvez de forma decisiva. Na verdade, pensadores liberais anteveem que a ordem internacional liberal continuará a se expandir, seja “infectando” outros Estados, seja por meio de várias formas de intervenção militar, econômica, social e política, levando à plena realização dos direitos humanos universais, do direito internacional, das cortes, da governança coletiva, das instituições

¹⁴ James Tully, “Citizenship for the Love of the World”, Palestra proferida no Departamento de Ciência Política, Universidade Cornell, 14 de março de 2013, p.11.

multilaterais, provavelmente às expensas da soberania e da unipolaridade (IKENBERRY, 2011, p. 296). Finalmente, isso pode levar a um Estado mundial ou a uma Federação, assim como a uma forma de Plano Marshall global, de forma a produzir uma relativa igualdade para seus membros. Contudo, a realidade, atualmente, é que existem múltiplas ordens mundiais (como mencionadas acima): a ordem mundial liberal de Estados, que se conforma a suas regras, adicionando a eles o sistema das Nações Unidas; Estados autoritários e/ou mais à esquerda, que trabalham ao redor do sistema para tentar melhorar suas posições; Estados não reconhecidos, que fazem o mesmo; elites e atores burocráticos, envolvidos nesses sistemas por meio de Estados ou de *frameworks* de governança; o capital global e seus atores e redes; redes sociais semi-formais ou informais de atores transversais e transnacionais; e atores locais ocultos, os quais evitam muitos contatos com o sistema internacional. Esses sistemas encontram-se, frequentemente, em tensão mútua, ao invés de estarem alinhados.

Gilbert Rist (1996) aponta para o “Ponto 4” do Plano Marshall, de Truman, Presidente dos Estados Unidos, como o início dessa “era do desenvolvimento” técnica, a qual espalharia seus procedimentos de forma mais equânime, como uma resposta à guerra, à violência e à desigualdade (RIST, 1996, pp. 750-775), ou criaria sistemas em competição. O autor afirma que também se estabeleceu um sistema de categorização com os Estados Unidos e os países “amantes da paz” no ápice de sua angloesfera. Adicionalmente, Rist (1996, p. 301) argumenta que o Ocidente, ou o nortecentrismo, também declinará, assim como as hierarquias a ele relacionadas, mas o potencial para formas humanitárias de intervenção devem permanecer. Até agora, contudo, alguns comentaristas da história do liberalismo argumentam que a situação corrente se tornou um incômodo conjunto de contradições, incapaz de oferecer muitas perspectivas sobre como o progresso voltado à emancipação pode ser atingido, muito menos oferecer formas mais universais e refinadas de instituições multilaterais (BELL, 2014, p. 691). De uma perspectiva subalterna, a injustiça, a desigualdade e a instabilidade, assim como a insegurança sistêmica e a insustentabilidade, permanecem, todas, muito visíveis para talvez dois terços da população mundial. Atualmente, entre quarenta e sessenta Estados são, ainda, considerados como extremamente frágeis¹⁵. Evidentemente, a fragilidade

¹⁵ Ver Claire Mcloughlin. *Topic Guide on Fragile States*. Governance and Social Development Resource Centre, University of Birmingham, UK, 2012, Capítulo 1.

estatal pode ser também necessária em alguns aspectos, de forma a evitar que a capacidade dos Estados torne-se predação. Ademais, o chamado “Consenso de Beijing” diluiu o Consenso de Washington ou de Nova Iorque anterior sobre a paz liberal, assim como o espalhamento da emergência dos Estados capitalistas autoritários, e gerenciou a democracia e formas oligárquicas de capitalismo (HUDSON, 2005, p. xvi). Mesmo sob a perspectiva de um cidadão de uma democracia avançada, os arranjos pós-guerra e pós Guerra Fria parecem enfraquecidos: eles podem assumir a santidade da democracia, mas desagradam a seus governos eleitos (MICKLETHWAIT e WOOLDRIDGE, 2014, p. 251) e sentem-se impotentes contra as perturbações do capitalismo. De fato, a democracia e os direitos, a autodeterminação e a globalização parecem estar desbalanceadas e irreconciliáveis em termos estruturais, enquanto também são postuladas como a solução para a guerra e produtoras de progresso.

Logo, qualquer ordem intervencionista deve ser construída para os subalternos (como se assumiu que era o sistema de paz liberal, com sua ênfase na democracia e nos direitos). A R2P e a paz liberal fizeram alguns progressos nessa direção, mas elas estão, também, associadas com os interesses do capital e do poder do norte e, dessa forma, tentaram equilibrar aquele poder com demandas subalternas. Geralmente, essas últimas apontam para argumentos estruturais sobre constrangimentos causados pelo capital e por recursos, resultando em um importante *déficit* de legitimidade. Os subalternos percebem muitas injustiças nessa ordem histórica, embora muitos também queiram fazer parte desta.

Assim, uma paz emancipatória e progressista pode emergir quando os subalternos estabelecerem os parâmetros para projetos intervencionistas, os últimos utilizando o poder direto, estrutural e governamental acumulado no Estado e em escalas internacionais, de acordo com a legitimidade local, a qual é, todavia, de difícil discernimento. Essa paz emancipatória e progressista também precisa oferecer progresso no sentido da igualdade relativa. Isso aponta para a forma pela qual camadas históricas de intervenção¹⁶, baseadas em negação de direitos, são confrontadas, ainda que com alguma defasagem temporal e significativas limitações de poder, por camadas de uma formação da paz mais contextualizada, porém globalmente interligada. Uma paz

¹⁶ Agradecimentos a Sandra Pogodda por esse ponto.

progressista somente pode ser realmente decidida pelos subalternos em seus contextos diários, de acordo com seus direitos, necessidades, identidades e expectativas, e o poder deve ser utilizado abnegadamente e empaticamente para esse fim (como sugerem as formas de democracia participativa), se o que se espera é construir legitimidade. Isso faz com que sistemas centralizados de governança pareçam distantes e indiferentes. Contudo, a paz progressista pode ser vista como o objetivo dos grandes pensadores liberais, de Kant a Locke, se eles não tivessem que se comprometer com o poder. Porém, restrições estruturais, assim como os interesses hegemônicos e da elite, representam obstáculos implacáveis para as demandas subalternas, dadas as limitações da agência crítica. Além disso, esse ponto levanta o seguinte problema adicional de como separar as demandas locais exclusivas e, provavelmente, indutoras de conflito, daquelas que são subalternas, pluralistas, emancipatórias e sustentáveis, tanto intelectualmente quanto na prática.

3. PAZ LIBERAL E NEOLIBERAL *VERSUS* EMANCIPAÇÃO

Condizente com o desenvolvimento do pensamento progressista, de John Stuart Mill a Beatrice Webb, os quais utilizaram a noção de Hobbes de um contrato entre governantes e governados como a base para a autoridade legítima do Estado, a ideia de bem público como o objetivo do Estado tornou-se amplamente aceita. Ademais, esse bem público deveria, continuamente, avançar os interesses materiais da sociedade, não apenas mantendo sua segurança como uma hierarquia estática (MICKLETHWAIT e WOOLDRIDGE, 2014, pp. 27-30; BELL, 2014, p. 683). No século XX, esse processo esteve geralmente conectado, após o desarmamento e a segurança, com o bem-estar social, uma tradição que se reuniu com aquelas relacionadas aos debates sobre emancipação e justiça social, os quais emergiram, no mínimo, do século XVIII em diante, tanto na esquerda quanto na direita e, mais frequentemente, estiveram conectados com diferentes tradições do liberalismo ou da democracia social. Um balanço do capitalismo e de uma governança igualitária tem sido visto como elemento crucial das emancipações, o que tem sido, na atualidade, frequentemente descrito como “transformação”. Uma mistura complexa de individualismo, liberdade, igualdade, consentimento, tolerância e pluralismo, junto com o progresso científico e racional, sobre a autocracia e o conservadorismo, foram assumidos como importantes, embora, talvez, marcadores distantes desse corpo de pensamento em

termos liberais (BELL, 2014, p. 684). A mistura desses elementos tem sido balanceada de formas distintas, em diferentes tempos e em contextos diversos, levando a diferentes conjuntos de contradições.

No último século, o pensamento progressista foi gradualmente estendido para o Estado e para o nível internacional por meio do sistema das Nações Unidas, na medida em que essa arquitetura deveria facilitar o progresso social em todo o planeta, parcialmente por meio de sua influência na natureza do Estado e em sua efetividade. O consentimento, socialmente construído em uma comunidade política, tem sido historicamente a base dessa ordem, ao invés de somente ser uma balança de poder ou hegemonia. O consentimento está, portanto, preservado no Estado de Direito e aliado a capacidades mais inteligentes em termos teóricos, técnicos e burocráticos (IKENBERRY, 2011, p. 48). Subjacente a essa linha de raciocínio, está a noção de que a posicionalidade subalterna é necessária para a compreensão das condições de emancipação e da transformação, a elas relacionadas, da sociedade e do Estado. Isso também esteve presente em grande parte do pensamento anticolonial e pós-colonial, de Fanon até os advogados de uma Nova Ordem Econômica Internacional (New International Economic Order – NIEO). Contudo, o consentimento social, em oposição ao consentimento das elites, ficou, em certa medida, em tensão com a hegemonia estadunidense e, especialmente, em tensão com o recente modelo de Estado neoliberal que os Estados Unidos têm promovido mais recentemente, como no Iraque, que se afastou de seu modelo pós-1945 (RICHMOND, 2014). Notável, também, na mais recente era de revoluções no Oriente Médio e na Bacia do Mediterrâneo, é a suposição de que o Estado está propenso a utilizar a violência, até mesmo contra aqueles que resistem à sua dominação predatória, mas que revolucionários e resistentes deveriam exercer a não-violência: uma hipótese improvável, a qual situa as instituições burocráticas acima da comunidade política e da própria formação de Estado e do sistema internacional.

Ao longo dos últimos cem anos, muitos líderes ocidentais concordaram que uma arquitetura internacional liberal, apoiada pela capacidade militar e industrial ocidental, é a única fonte de ordem mundial que pode ser legítima, progressista e relativamente estável. Eles assumiram que todas as sociedades mantêm expectativas de progresso similares. Progredindo do indivíduo à ética de Estado e à comunidade internacional cosmopolita, como Alfred Zimmern (1936) uma vez previu, pensou-se que uma

comunidade moral estava emergindo, o que, alguns argumentam, levaria a um governo mundial promotor dos interesses da paz. A enorme expansão das organizações e acordos internacionais e transnacionais desde 1900 trouxe o apoio à visão progressista de um aprofundamento da ordem em relação ao progresso sociopolítico. Contudo, recentemente, vários estudos demonstraram que somente uma minoria dos acordos de paz sobrevive por mais do que alguns anos. Isso aponta para um enigma em relação à longevidade da paz liberal.

Desde os anos de 1990, contudo, muitos observadores assumiram que, finalmente, uma “aldeia global” ou uma governança global emergiria, onde a paz reinaria por meio de processos mais descentralizados de cooperação¹⁷. O multilateralismo liberal prescritivo, dando seguimento à hegemonia política e epistêmica americana, foi essencial para esse processo (HURRELL, 2007, p. 59). Ele foi, também, construído sob as bases das Conferências de Haia de 1899 e de 1906, assim como sobre o Tratado de Versalhes, de 1919, e as formas subsequentes de multilateralismo (REUS-SMIT, 1999, p. 19). Outros indicaram que a transcendência do Estado (particularmente a forma de “competição” do Estado, a qual tende a não entregar bem-estar ou serviços, ou legitimidade e solidariedade para seus cidadãos) (CERNY, 1997, p. 269) é necessária, à medida que a ontologia e as preocupações éticas do Estado neoliberal contemporâneo geralmente não habilitam uma solidariedade mais ampla, o pluralismo ou a justiça distributiva (O’HAGAN, 2013, pp.118-137). As abordagens europeias para a integração regional, de Jean Monnet ao conceito de “Europa enquanto potência normativa”, tenderam a adotar essa visão. Essas ideias surgiram do debate histórico na Europa sobre a emergência do governo mundial por meio de uma federação de Estados e do nascimento de um contrato social internacional – desde aquele descrito por Rousseau como uma “Comunidade das Nações da Europa” e por Kant como um “*civitas gentium*” (Estado internacional), ou mesmo por Marx, como a solidariedade no trabalho global, alcançando autores como Rawls e Habermas e culminando na ideia de um contrato social internacional liberal. Tais perspectivas tenderam a basear-se em racionalidades políticas cooperativas e inclusivas, levando a ordens amplamente multilaterais, internacionalistas, ao invés de ordens exclusivistas e

¹⁷ Ver Marshall McLuhan. *War and Peace in the Global Village*. New York: Bantam Books, 1968; e John Rawls. *The Law of Peoples*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1999.

estadocêntricas¹⁸. Elas também têm um forte sentido de “deveres para além de nós próprios”, como Hedley Bull, famosamente, afirmou, e a necessidade de superar as limitações da dicotomia ordem/justiça (DUNNE e MCDONALD, 2013, pp. 1-17). Elementos do internacionalismo liberal, do estruturalismo e do marxismo, do anticolonialismo e do pós-colonialismo e, mais recentemente, do globalismo, continuaram essa pressão no sentido da transformação internacional por meio da governança global e da globalização como principal rota rumo a formas mais progressistas de organização social.

Dessa forma, os quatro elementos seguintes parecem se destacar em discussões contemporâneas de paz:

- (i) o balanço entre o capital global e os direitos materiais e políticos;
- (ii) a identidade e o pluralismo;
- (iii) a sustentabilidade ambiental;
- (iv) a justiça histórica e distributiva.

Assim, a ordem emergente da governança global (ao invés de um sistema mais centralizado de governo mundial) não pode ser autointeressada, isolacionista ou unilateralista (TALBOTT, 2008, p. 391). Até o multilateralismo é muito estritamente eurocêntrico, elitista e horizontal. Tal pensamento sobre a ordem internacional liberal em evolução pode ser relacionado à noção política e filosófica de “Comunidade das Nações” – uma comunidade unida, porém também descentralizada, social, política e economicamente, ancorada em seus Estados membros, regras e cooperação. Ela denota uma comunidade política republicana no pensamento histórico sobre ordem e progresso, ambos conectados ao bem-estar social, à democracia e a um Estado alinhado aos interesses de seu povo¹⁹. Ela oferece perspectivas tanto para o poder político da sociedade quanto para uma forma de sociedade internacional, assegurando que o Estado faça o seu

¹⁸ Ver Jean-Jacques Rousseau. *A Lasting Peace through the Federation of Europe/ State of War*. London: Constable, [1756] 1917; e Immanuel Kant. *Perpetual Peace*. London: Allen and Unwin, 1917.

¹⁹ Ver a definição no Dicionário de Inglês de Oxford, 1989.

melhor para apoiar a paz doméstica e regional. Em tempos contemporâneos, ela sugeriria a multiverticalidade, ao invés de somente o multilateralismo, de forma a construir a paz não meramente com base em tratados entre Estados e acordos constitucionais dentro de Estados, mas tendo como guias as tentativas globais de mitigar a injustiça histórica e distributiva e seus efeitos, seja por meio da governança global e do sistema das Nações Unidas, seja por meio do Estado.

As novas guerras no século XXI são, crescentemente, guerras estruturais – uma mistura complexa de disputas tanto formais quanto informais, sociais, culturais, históricas, políticas, legais e econômicas, abrangendo a economia global, o Estado, a cidade – ao invés de conflitos de soberania. Guerra, violência e conflito estão, de formas complexas, conectados às sociedades, aos Estados e aos sistemas internacionais que buscam autoridade política, ordem, direitos e prosperidade. Alguns buscam por um fim à violência; alguns a mantêm por razões de poder e de progresso. Nesses conflitos, as ferramentas dos fracos dificilmente respondem aos instrumentos comuns do Estado e da esfera internacional. Essas guerras incluem a violência estrutural e indireta (junto com as formas usuais de violência) e buscam manter desigualdades estatais, econômicas, identitárias e sociais²⁰. Tais conflitos tendem a bloquear o progresso por meio do Estado e do sistema internacional, assim como as demandas das sociedades locais. Assim, elas requerem novas respostas.

A construção da paz liberal e a construção de Estados neoliberais, bem como as abordagens desenvolvimentistas, são, geralmente, ineficazes para lidar com as formas estruturais da guerra e estão envolvidas em uma crise de legitimidade relacionada à tensão entre a hegemonia liberal americana e seus desafidores (IKENBERRY, 2011, p. 10), a expansão da “sociedade internacional” (BULL e WATSON, 1984) e a ampliação da insatisfação social com o capital globalizado. Elas falharam em lidar com os bloqueios que estão impedindo o progresso (ainda que haja, talvez 130.000 funcionários das Nações Unidas, entre outros, envolvidos em operações de paz no mundo)²¹. As reflexões voltam-se, uma vez mais, para a questão de como tais bloqueios podem ser trabalhados à luz de

²⁰ Esse conceito de Guerra estrutural adapta Mary Kaldor. *New and Old Wars*. Third Edition. Cambridge: Polity Press, 2012; e J. Galtung. Violence, Peace, and Peace Research. *Journal of Peace Research*, Vol. 6, Nº 3, 1969, pp. 167-191.

²¹ “In summit-level meeting, Ban announces review of UN ‘blue helmet’ operations”. *UN News Centre*. Disponível em: goo.gl/1h46vm; Acesso em: 26 Setembro de 2014.

um conhecimento mais sofisticado sobre o que falhou na fase mais recente da história. Os novos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável são um exemplo desse novo desenvolvimento, com seu foco na erradicação da pobreza e da desigualdade, provendo uma ampla gama de serviços e sustentabilidade.

4. O POTENCIAL DE UMA PAZ PÓS-LIBERAL

Dessas contradições, torna-se perceptível a natureza de uma paz híbrida positiva e pós-liberal. Ela deveria ser pós-geopolítica e pós-geoeconômica, se a meta for alcançar legitimidade social de forma mais ampla (HUDSON, 2005). A reconciliação agonística de identidades dentro da heterogeneidade seria essencial. Uma visão progressista da melhoria dos direitos sociais e condições atrairia as sociedades para essa posição. Contudo, para tornar-se mais do que mera terapia para sujeitos afetados por conflitos, ela teria que oferecer progresso no sentido de igualdade material por meio do Estado e do mercado, deixando, por vezes, de lado os requisitos formais que definem quem é cidadão ou não. Assim, o Estado deve ser capaz de oferecer a possibilidade de pluralismo e de relativa igualdade em termos de normas, de identidades, de leis, de direitos, de instituições e de recursos materiais. Haveria, provavelmente, um acordo básico sobre a natureza de uma comunidade moral global e universal por meio das Nações Unidas, em termos muito superficiais, e os modos pelos quais as necessidades, direitos, interesses e identidades seriam mediados e entregados. Esse acordo teria que responder à natureza, à tecnologia, ao consentimento e aos direitos como determinantes mutuamente entrelaçados da paz e da justiça, provavelmente objetivando um progresso rumo à igualdade (HURRELL, 2007, p. 308-316). Seria necessário lidar com as contradições de ser epistemologicamente guiado pelos poderosos e ricos, porém identificado com os subalternos. Seria igualmente necessário ser amplamente legítimo, representando a “expansão da sociedade internacional” que Bull e Watson (1984) uma vez previram, assim como estável e efetivo em proporcionar o progresso. Teria de lidar com temas de justiça histórica e distributiva, e responder a assuntos básicos relativos às discussões de sustentabilidade ambiental.

Isso requer uma reforma importante dos sistemas internacionais e estatais, assim como do capital global e da governança, a construção de novas bases de empatia, no local e no cotidiano, e a disposição para compartilhar recursos materiais entre as regiões e

tratar problemas globais com um espírito igualitário. Seria progressista em termos de direitos e de necessidades, oferecendo a possibilidade de melhorias contínuas ao longo de um caminho mutuamente escolhido pela sociedade e seguindo suas preferências. A paz liberal e o Estado neoliberal, junto com a comunidade liberal internacional, foram escalas ao longo desse caminho no século XX. Um novo estágio requer uma forma de democracia social global, com um conjunto de instituições centralizadas para discutir sobre questões centrais e padrões, mas que deve ser representativa de formas de política descentralizadas. Muitas das tentativas correntes de engajamento com questões globais prementes estão bloqueadas pela defesa de uma soberania antiquada, pela falta de vontade de compartilhar internacionalmente, pela falta de empatia, pela inabilidade em aceitar necessidades, diferenças locais, pela incapacidade em enfrentar problemas globais de longo prazo e a defesa de antigas modalidades e hierarquias de poder na história.

A paz no século XXI deve, agora, lidar não apenas com guerras abertas, mas, também, com a violência cultural e estrutural – ou, talvez, em uma linha mais radical, com a guerra estrutural do capital contra a sociedade e o ambiente. A violência estrutural tende a ser relegada pelas abordagens tradicionais de RI, preocupadas com a transformação e o gerenciamento de conflitos. O problema dessas perspectivas sobre o progresso rumo ao “bom Estado” e a uma “comunidade internacional” é que elas têm sido guiadas pela hegemonia ocidental, e alguns Estados do sul, sociedades e atores preocupam-se que, sem abordagens mais historicizadas para a ordem global, a justiça não alcançará muitos no sul global. Uma ética liberal emergiu do imperialismo liberal e da internacionalização liberal, mas tem sido substituída por uma ética neoliberal, às expensas de um Estado mais social (PIKETTY, 2014, p. 471) e internacional, preocupado com a melhoria e a proteção das vidas e das condições de suas populações, de forma tão justa quanto possível (uma ambição que remonta a tempos remotos na história e é mencionada frequentemente desde a “Declaração dos Direitos do Homem”, em 1789). Para muitos daqueles que estão fora da comunidade estável dos Estados desenvolvidos, até mesmo a União Europeia parece ser um exemplo de hegemonia e discriminação tanto quanto um exemplo para uma ordem política de paz. Até mesmo a construção da paz das Nações Unidas, como na América Central, pode ser muito ameaçadora para as estruturas de poder existentes para serem bem recebidas em muitos países, como as elites na

Guatemala concluíram após ver o que as Nações Unidas tentaram fazer em El Salvador nos anos de 1990 (STANLEY, 2013, p. 32).

O bom Estado e a comunidade internacional devem fazer sentido moral para todos os seus membros. A economia global precisa escapar das estruturas profundas de dominação existentes dentro do liberalismo e do capitalismo (PIKETTY, 2014, p. 234). Isso indica a necessidade tanto de uma capacidade centralizada para tratar as necessidades humanas em todo o globo, por meio de sistemas de intervenção e de redistribuição dentro de um conjunto de instituições comumente acordado, assim como um arcabouço descentralizado e contextualizado no qual as necessidades e direitos humanos possam ser negociados e transmitidos de forma ascendente. O novo, mais policêntrico e pós-colonial mundo de “potências emergentes” deve ser reconhecido, assim como as demandas emancipatórias pela multiverticalidade descentralizada e por formas horizontais mais localizadas de governança (em oposição à abordagem de cima para baixo da arquitetura da paz liberal). Uma ética social, cosmopolita e pluralista para o sistema internacional seria necessária, e um movimento significativo para além da antiga mistura de Estados Westfalianos com um sistema internacional liberal e o capitalismo neoliberal global. A intervenção para a capacitação seria, portanto, requerida, provendo uma alternativa diferente (e mais ao sul) para a preocupação contemporânea do Norte com efetividade (PRASHAD, 2012, p. 228). Dessa forma, a UNCTAD, por exemplo, está preocupada com a justa distribuição de recursos e com o controle do capital privado, com um direito ao bem-estar e à justiça social (*idem*, p. 235), como reiterado no Apelo de Bamako de 2006, o qual buscou superar a divisão Norte-Sul e substituir o que viu como o consenso neoliberal e militarizado do norte por uma forma mais sensível de democracia e de solidariedade (*ibidem*, p. 243).

O progresso, a intervenção e a autonomia estão, assim, equilibrados em um sistema militar, político, econômico e social ativamente contestado, democrático em termos legais e materiais, abrangendo escalas locais a globais. Até agora, no entanto, somente Estados poderosos e, ocasionalmente, alianças de Estados, têm sido exitosos em responder à violência e em promover reformas, as quais têm sido limitadas às suas próprias normas, preferências e interesses. Dessa forma, a paz é contaminada pelas preferências de tais países ou conjunto de países. Os correntes conjuntos sociais e transnacionais existentes para a negociação da paz e da ordem limitaram a agência de tais

arranjos na confrontação de problemas de larga escala (WEISS, 2009, p. 264). Contudo, lançando mão da teoria crítica, tal como avançada por Habermas, formas progressivas de razão, direito e democracia juntas podem proporcionar a base para métodos dialógicos por meio dos quais os conflitos podem ser conciliados e ordens políticas éticas mais emancipatórias e novas podem ser atingidas (HABERMAS, 1990). Tais processos dependem de redes complexas, agência e mobilidade em um mundo escalar e pós-colonial de agudas desigualdades e de onde emergem, constantemente, novas camadas de injustiça nas quais o único aspecto universal é a mediação da diferença. Isso significa, como observou Stanley em sua avaliação das tentativas das Nações Unidas de construir a paz na Guatemala, tanto a reforma das estruturas de poder e a construção de novas instituições nacionais que contribuam para a paz regional e doméstica, quanto o trabalho por meio de instituições locais existentes que possuam autoridade legítima e o conhecimento do local (STANLEY, 2013, p. 8).

Unir o direito e as práticas costumeiras nativos com as instituições e o direito liberais é, evidentemente, uma tarefa agonística. Além disso, lidar com as desigualdades materiais que afetam as populações locais, geralmente grupos autóctones e outros, é difícil no contexto da corrente existente de pensamento dominante sobre a paz liberal e neoliberal. O Estado não está muito predisposto a dismantelar estruturas de poder que apoiam essa marginalização, nem pode, em sua forma atual, arcar com o tratamento das desigualdades das injustiças atuais ou do passado. Ademais, quanto mais efetiva é a comunidade internacional em dismantelar as estruturas opressivas de poder, mais as elites de outros locais recusar-se-ão a cooperar com as intervenções de paz ou a fazer o seu melhor para impedir cidadãos afetados por conflitos de desempenhar um papel democrático. De forma similar, no nível internacional, quanto mais a paz demanda reformas estruturais, menos essa paz é apoiada pelos poderes hegemônicos, particularmente frente à nova mobilidade das populações afetadas por conflitos, à informação e à tecnologia. A emancipação, as práticas progressistas e a transformação tornaram-se politicamente sensíveis em meio às elites conservadoras estabelecidas.

O G77, por exemplo, parece ser um espaço para um debate progressista sobre a redistribuição Norte-Sul, sobre quais problemas afetam o sistema atual e sobre o que poderia ser feito sobre isso. Contudo, tal organização é, também, apoiadora declarada do anti-imperialismo, do socialismo e do Estado soberano desde a Nova Ordem Econômica

Internacional da década de 1970 até a Nova Ordem Mundial para o Bem-Estar de 2014 do G77 mais a China (que conta, atualmente, com 133 Estados). Seu documento mais recente acrescenta serviços públicos à lista dos direitos humanos e busca um papel para o Estado acima do mercado. Esse documento clama pela descolonização, não das potências imperiais, mas do capitalismo. Ele quer ver um reavivamento das Nações Unidas e a abolição do Conselho de Segurança²². No entanto, o documento também reitera a santidade da soberania estatal como a melhor forma de apoiar os direitos humanos e o desenvolvimento. A história dos últimos sessenta anos lançou dúvidas significativas sobre essa hipótese, sobretudo por causa dos riscos do nacionalismo, da territorialidade e da centralização.

O Ocidente tem sido geralmente mais progressista em questões relativas a versões existentes de direitos humanos e de gênero, assim como de sua implementação, mas menos no que se refere à desigualdade socioeconômica. Evidentemente, existe uma ala do pensamento e da ideologia ocidental que preferiria um engajamento com a desigualdade, mas, desde os anos de 1980, essa ala está em recuo. A última era da política progressista baseada na igualdade no Ocidente foi, para muitos, os anos de 1960 e de 1970 (WILKINSON e PICKETT, 2014, p. 11). Hoje, a ordem criada e apoiada pelo Ocidente parece estar envolvida entre as demandas mais progressistas, às quais reluta em fazer concessões, e as tendências autocráticas ou oligárquicas, em direção das quais deu uma guinada perceptível. As Nações Unidas, a União Europeia e outras estruturas de governança global apoiadas pelo Ocidente e seus Estados apoiadores chaves estão, na melhor das hipóteses, buscando estabilizar a ordem atual, com todas as suas imperfeições. Os pensamentos conservador e liberal parecem concordar sobre a segurança do sistema existente e na valorização do capital *vis-à-vis* direitos, embora isso esteja sendo desafiado pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os quais foram desenhados por meio de consultas globais feitas tanto a atores sociais quanto às elites.

No entanto, atores internacionais responderam a esses problemas óbvios de uma forma bastante negativa: eles estão protegendo o velho modelo da paz liberal, rejeitando entendimentos complexos sobre a política mundial e são incapazes de desenvolver uma alternativa, embora estejam tentando criar um espaço para formas localizadas de

²² G77, *New World Order for Living Well*, Junho, 2014.

consultas, ao menos em um grau limitado. A construção da paz local é vista como uma espécie de desafio para atores internacionais, mesmo as Nações Unidas: ou a ONU apoia tais esforços locais, a despeito de seus objetivos e processos distintos, ou os impelem para um contrato social liberal. É amplamente aceito, um tanto ironicamente, que direitos econômicos e sociais diminuíssem no pós Guerra Fria, ainda que muitas das demandas dos cidadãos afetados por conflitos mundiais girem em torno deles (daí o interesse reavivado do G77 em uma nova afirmação sobre a política progressista)²³. Há pouca disposição pelo debate sobre justiça social, mesmo em meio a uma comunidade internacional que demanda o apoio dessa discussão às formas mais avançadas de Estado e de sistema internacional jamais vistas na história. Tal discussão é geralmente vista pelas elites políticas no serviço civil internacional como uma questão muito complexa e de longo prazo para que haja respostas por parte do atual sistema das relações internacionais, organizações e Estados. Portanto, a arquitetura da paz internacional tornou-se, rapidamente, tecnocrática – e, em breve, tornar-se-á crescentemente “digital” e potencialmente automatizada, como uma defesa contra suas próprias limitações éticas. Estados e doadores guiados pela burocracia ou por interesses facilmente retornam à soberania como uma forma legalista ou burocrática de gerencialismo autolimitado, que reduz as reivindicações éticas e emancipatórias.

Líderes mundiais dos Estados Unidos, do Reino Unido, da Índia, da China, do Brasil, das Nações Unidas e da União Europeia, entre outros, sugeriram recentemente que uma ordem nova ou reformada está a caminho, ou é necessária, e que a liderança do Ocidente e sua antiga arquitetura não são mais plausíveis, e nem legítimas. Até mesmo o muito criticado Banco Mundial está passando por uma mudança interna silenciosa. O G77 está pressionando por um engajamento mais amplo com o desenvolvimento, a partir da perspectiva dos receptores. Um novo consenso está sendo buscado, mesmo que pareça inatingível. A intervenção militar é crescentemente considerada como improvável ou impossível, o Estado está retornando, o espaço político está ausente onde o progresso pode ser mediado e gestado, mas os atores internacionais, doadores e o pessoal estão respondendo. As abordagens usuais de “missão” e de “programação” estão, atualmente, ultrapassadas, com poucos recursos e legitimidade local limitada. O Conselho de

²³ Fontes Confidenciais, *Entrevistas Pessoais*, UN Department of Peacekeeping Operations, New York, 31 de Março de 2014.

Segurança, a Assembleia Geral, o Secretariado, o Banco Mundial e a liderança de doadores estão comprometidos com as mudanças, a partir de diversas perspectivas. Estão, provavelmente, em negação sobre sua legitimidade e capacidade. Existe, também, a preocupação sobre a falta de uma liderança global capaz de tomar uma posição ética *vis-à-vis* à paz.

Em resposta, no sistema das Nações Unidas, a “política de não-missão”²⁴ indica uma resposta para as missões de manutenção da paz, juntamente com o uso de outras novas técnicas e novas tecnologias, onde uma crise ocorre e há poucas possibilidades para o consentimento ou para o apoio a uma intervenção. Atualmente, a mediação internacional é amplamente vista como tendo passado por uma ampliação de seus acordos estadocêntricos responsáveis por lidar com situações pós-conflitos violentos para matérias mais amplas de relações políticas, nas quais podem ser encontrados os pontos de entrada para estimular uma nova ordem²⁵. Essa afirmação também está conectada à recente abordagem das Nações Unidas de “Direitos à Frente”²⁶. Ela conecta-se com o reavivamento dos direitos humanos, aos altos padrões éticos, à prevenção, à legitimidade e às autoridades locais assim como à aceitação de contextos muito distintos. Em alguns casos, isso pode significar uma assistência material sem engajamento político. Contudo, o Departamento de Relações Políticas (Department of Political Affairs -DPA) moveu seu foco para a construção, ou ao menos um apoio, a um contrato social por meio de seu “coordenador constitucional”, significando que a intersecção entre poder e o Estado, a política e a sociedade está sempre presente em qualquer forma renovada de intervenção²⁷, exemplificado recentemente pelo caso da Líbia. Evidentemente, isso até agora tem se mostrado malsucedido no país. Há uma resposta lenta emergindo do dilema que as Nações Unidas atualmente enfrentam: a ONU não pode depender do apoio das grandes potências, não pode utilizar um modelo, não pode intervir diretamente. Porém, até agora, não há uma resolução visionária desse problema que recuperaria a superioridade moral perdida na última década. As Nações Unidas não têm acesso a – e

²⁴ Fontes Confidenciais, *Entrevistas Pessoais*, UN Department of Political Affairs, New York, 1 de abril de 2014.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ Secretário-Geral Ban Ki-moon. *Renewing our commitment to the peoples and purposes of the United Nations*. UN Headquarters, 22 de novembro de 2013.

²⁷ Fonte Confidencial, *Entrevista Pessoal*, UN Department of Political Affairs, New York, 1 de abril de 2014.

guiam um conjunto de outras organizações regionais e internacionais, da União Africana à União Europeia em – um conjunto de práticas intervencionistas desenhadas para engajarem-se com o projeto contemporâneo de uma paz emancipatória, como destacado em seus recentes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDGs), relatórios de alto nível sobre as operações de paz, a Resolução 1325, as Iniciativas “Direitos Humanos à Frente” e a “Proteção dos Civis”, e outros documentos e instrumentos.

À luz dos argumentos acima, uma paz híbrida positiva emergente pode ter algumas das seguintes dinâmicas ou possibilidades:

- (1) Ela começaria das políticas inclusivas imaginadas como progressistas e sustentáveis em seus contextos locais;
- (2) Dado que sociedades baseiam-se, frequentemente, na exclusão, pequenos grupos de atores progressistas formariam alianças com atores externos dispostos a tanto;
- (3) Ela teria elementos culturais, sociais, históricos, políticos, e econômicos, ambientais, estruturais e identitários;
- (4) Cada um desses elementos seria dependente do contexto, do Estado e do internacional, mas também dependente das redes escalares e de mobilidade, assim como de suas contradições com os elementos anteriores;
- (5) As tensões entre os elementos em (2) e (3) seriam solucionáveis por meio da política e de processos de mediação;
- (6) A política não seria sobre o mero gerenciamento, mas sobre o tratamento de problemas estruturais;
- (7) Tampouco o sistema político dependeria da autoajuda e da resiliência;
- (8) Ela buscaria ativamente o progresso e as melhorias para todos os seus cidadãos, por meio do acesso igualitário a serviços e a recursos;
- (9) A política seria consciente dos fatores de intervenção para além daquele contexto, se eles fossem ideias ou incursões novas e melhores por forças predatórias do nacionalismo, do militarismo ou do capitalismo;
- (10) Ela seria capaz de buscar assistência externa na resposta a esses desafios, sem comprometer seu próprio pluralismo;

- (11) Ela manteria sua própria identidade sem ameaçar ou deslocar aquela de outros (embora as relações possam ser tensas ou agonísticas);
- (12) Ela manteria sua própria temporalidade, apesar das temporalidades de outros (modernidade industrializada, por exemplo);
- (13) Ela seria receptiva à contingência e flexível o suficiente para responder aos desafios para as melhorias progressivas;
- (14) A política progressista buscaria a sustentabilidade em termos ambientais e sociais, requerendo equidade e justiça; o poder seria necessário para tanto;
- (15) Os arcabouços econômicos e institucionais seriam instrumentos para essa finalidade, operando dentro de limites de restrições materiais e geográficas (por exemplo, estruturais);
- (16) O sistema internacional operaria para habilitar a cooperação e a equalização progressiva, mas não por meio da centralização (a qual está aberta a abusos significativos), mas por meio de redes descentralizadas de trocas;
- (17) A política seria desterritorializada e a comunidade internacional concentraria esforços na redistribuição como uma parte essencial da dessecuritização da paz e da construção de Estados.

Isso significaria que a segurança seria pensada como segurança humana e que esses arcabouços de significado e estrutura, tais como interesses, normas ou o próprio Estado, seriam muito mais atentamente definidos por suas perspectivas de sujeitos. O internacional, ao invés dos protetores da soberania e dos mercados, atuaria como um apoiador da segurança humana.

Sistemas de representação teriam que ser muito mais participativos do que burocráticos ou tecnocráticos. A democracia emanaria dos sistemas de representação, por meio dos quais as reivindicações são realizadas e autorizadas em um contexto social, os quais, por sua vez, sustentariam instituições democráticas participativas formais, também conectadas com uma comunidade ou sociedade internacionais.

O direito refletiria o pensamento progressista de dentro da sociedade e a partir do nível internacional. O Estado seria o veículo para esses sistemas, os quais cotejariam e

agiriam de acordo com as demandas da população, apoiadas pela comunidade internacional. A legitimidade seria escalar – do local ao global.

O poder teria que ser propositadamente fragmentado, de forma a permitir que esses muitos sistemas de representação apoiassem a segurança e produzissem um Direito que seria largamente consentido, de escalas locais a globais. Contudo, em tempos de crise, o poder centralizado pode ser necessário.

Esses sistemas repousariam sobre um entendimento progressivo guiado por uma compreensão de baixo para cima de quão inclusivos e equitativos os sistemas teriam que ser construídos, incluindo uma compreensão do objetivo de tal conjunto escalar de política e sustentabilidade progressistas emancipatórias para o longo prazo, sob as condições do pensamento crítico sobre o Antropoceno.

Portanto, os sistemas econômicos e sociais somente podem ser avaliados e reformados a partir da posição mais exposta, precária e subalterna, em qualquer regime, do local ao global. Isso é válido porque os mais seguros e saudáveis podem se permitir moderar suas expectativas sem desconfortos significativos ou violência estrutural. Não se pode esperar que esses indivíduos e comunidades mais expostos à violência direta ou estrutural sacrifiquem aquilo que eles não têm em termos de segurança, recursos, ou identidade e, portanto, os sinais que eles enviam – embora débeis – são os mais importantes para a reconstrução de qualquer sistema político, social ou econômico. Como as evidências históricas apontam para a perda de legitimidade que qualquer sistema enfrenta caso não responda a esses sinais, e a tendência do sistema de reverter o poder autoritário quando desafiado por eles (por que mantém os interesses do sistema de poder estabelecido), as contradições entre sujeitos, legitimidade, poder e sustentabilidade devem ser tratadas por qualquer nova mudança na prática da paz. As elites e os detentores do poder devem encontrar formas de mediar as demandas de tais sinais de formação de paz, caso desejem manter a autoridade legítima (RICHMOND, 2016).

O sistema do século XIX de Estados-Nações, baseado na soberania territorial, supervisionado por organizações internacionais do século XX, voltadas à moderação do comportamento negativo dos Estados e a guiá-los no sentido do progressismo liberal, não é mais adequado. Níveis globais de violência estrutural e cultural existem amplamente e requerem um acordo melhor e mais progressista para a paz, mesmo em Estados e em regiões (como os Estados Unidos e a União Europeia) supostamente em paz. Um novo

acordo de paz será direcionado para prover uma solução de montagem complexa, com mobilidade e conectada em rede aos amplamente variados conflitos estruturais, normativos, temporais, políticos, sociais, econômicos e geográficos, os quais viajam junto com a globalização. Injustiças nesses terrenos requerem acordos de paz híbridos e conectados em rede, em um terreno global de diferenças.

No passado, debates sobre essas temáticas direcionavam-se para a descoberta das condições de um Estado mundial ou uma confederação mundial²⁸, mas uma abordagem mais realista e prática sob as condições atuais parece ser pensar em uma paz híbrida, escalar, conectada em rede e móvel, sob a forma emancipatória da governança global, significando que seria pós-liberal, não territorial, embora tivesse que ser legalmente e, burocraticamente, organizada de forma a manter a segurança, os direitos e as economias, redistribuir recursos e conhecimento, melhorar a segurança humana e assim por diante. Contudo, as abordagens críticas e as reflexões de baixo para cima são cautelosas com metanarrativas, universalismo, instrumentalismo e determinismo estrutural, permitindo, portanto, que os poderes governamentais, diretos, estruturais, nacionalistas e metodologicamente imperialistas comandem a área. Eles são cautelosos com a intervenção e, portanto, agem para promover a paz, a justiça social e a emancipação, de formas bastante limitadas, frequentemente furtivas. Como essas demandas poderiam ser amplificadas e cristalizadas em uma arquitetura reformada de paz é uma questão que agora nos encara.

5. DANDO SENTIDO À ARQUITETURA DE PAZ CONTEMPORÂNEA - E SUAS POSSIBILIDADES

As Figuras 1 e 2 seguintes representam os efeitos da paz liberal e neoliberal e as realidades positivas e negativas que surgiram do Camboja ao Afeganistão no último quarto de século.

²⁸ Alexander Wendt. Why a World State is Inevitable. *European Journal of International Relations*, Vol. 9, Nº4, 2003, 491-542.

FIGURA 1: GRADAÇÕES DA PAZ CONTEMPORÂNEA: DA LIBERAL ÀS VARIANTES DA PAZ HÍBRIDA

Perspectivas/ Níveis	Tipos de Paz			
	Objetivos da Década de 1990	Objetivos da Década de 2000	Realidade dos últimos 25 anos	Objetivo do engajamento para construção da Paz
Internacional	<i>Paz Liberal</i> Paz positiva Democracia, Direitos Humanos, Mercados, Segurança Humana	<i>Paz Neoliberal</i> Paz Negativa Compromisso com democracia e direitos humanos a paz é instável por causa da crescente desigualdade	<i>Paz Híbrida Negativa</i> Paz Negativa Internacionais tendem a ver o hibridismo como cooptação, ultrapassado, um compromisso com as normas e a recusa de aceitar a apropriação local	<i>Paz Híbrida Positiva</i> Paz Negativa Internacionais tendem a ver o hibridismo como cooptação, ultrapassado e um compromisso com as normas, embora possam aceitar a necessidade de apropriação local. Estão preocupados sobre “os mais e os menos” das redes e da mobilidade
Regional	Paz Positiva O modelo é a União Europeia e Estados membros de democracias sociais	Paz Negativa O modelo é a ASEAN e Estados neoliberais/autoritários	Paz Negativa Organizações regionais tendem a oferecer direitos retóricos e desenvolvimento, mas focam no compartilhamento de poder e no neoliberalismo	<i>Paz Híbrida Positiva</i> Como acima
Estado	Paz Negativa Recursos e consensos limitados implicam dificuldades em aplacar interesses, reformas constitucionais, implementação	Paz Híbrida Negativa O Estado simula a conformidade, mas age como um ator predatório, apoiado por mercados globais. A paz é instável.	Paz Híbrida Negativa As organizações regionais tendem a oferecer direitos retóricos e o desenvolvimento, mas focam no compartilhamento de poder e no neoliberalismo	Paz Híbrida Positiva/Negativa Os Estados tendem a desempenhar um papel como mediador dos interesses sociais e internacionais, ou se concentram somente nos interesses da elite

	institucional e apoio material			No entanto, o Estado está sob pressão para fazer reformas a partir de baixo e a partir de cima, em direções contraditórias: a sociedade quer segurança humana, o capital quer oportunidades, mobilidade e sustentabilidade
Local	Paz Híbrida Negativa Questões materiais, desigualdade, ineficiência e coordenação, choques identitários, de costumes e culturais com normas liberais*	Paz Híbrida Negativa Desigualdades locais e questões de recursos não são trabalhadas diretamente. O <i>ethos</i> de modernização solapa os arcabouços** identitários e culturais. Móvel e conectada em redes	Paz Híbrida Negativa/Positiva Interesses e identidades locais e estatais dominam***: Estática e desigual	Paz Híbrida Positiva Questões materiais, direitos, desigualdades são trabalhados, ao passo que identidade, cultura e formas históricas de associação têm capacidade de adaptação. Tem mobilidade, é pluralista e sustentável
Saída/Modelo de Paz	Tutela Internacional	Governança Global	Modelo exclusivo de apropriação local/estatal	Modo Misto, Modelo de Capacitação e Apropriação Local

* A paz híbrida positiva parece ser a melhor saída na contemporaneidade.

** A paz híbrida negativa e a paz liberal parecem ser a segunda melhor saída na contemporaneidade.

*** A paz neoliberal é a pior saída.

Fonte: Elaboração própria.

FIGURA 2: DIVISÃO DA PAZ HÍBRIDA POSITIVA E NEGATIVA

<u>PAZ HÍBRIDA NEGATIVA</u>	<u>PAZ HÍBRIDA POSITIVA</u>
Nível Internacional/Regional Cessar-fogo, acordos de transição. Falta de democracia e direitos humanos. Estruturas de poder locais e hierarquias dominam. Falta de igualdade de gênero. Estado centralizado controla o poder ou o Estado entrou em “colapso”. Ameaça à ordem regional e internacional. O poder descentralizado é dominado pelos costumes, pelo tribalismo, pelos senhores da guerra, etc. Nesse nível a paz é insustentável. Contudo, é possível manter uma ordem básica.	Nível Internacional/Regional O internacional reconcilia-se com as formas do nível estatal e local de legitimidade e de diferença. Os internacionais podem, normativamente ou ideologicamente, discordar. O internacional supre os recursos necessários para a segurança humana sem condicionalidades. O internacional reconhece a necessidade para a autonomia local, a legitimidade e a autoridade.
Nível do Estado O Estado baseia-se no socialismo ou na ideologia centralizada. O Estado é autoritário ou oligárquico. O Estado é dominado pelo neopatrimonialismo. O Estado preserva uma gama de hierarquias históricas e desigualdades/violência estrutural. No entanto, esses sistemas mantêm a ordem (ao menos no curto prazo).	Nível do Estado O Estado balanceia forças domésticas e internacionais, normas, necessidades e expectativas. O Estado sustenta a segurança, os direitos e os interesses materiais da sociedade. O Estado provê justiça. O Estado representa interesses locais e identidades no nível internacional. O Estado negocia políticas mais progressistas nos níveis internacional e local. O Estado é localmente e internacionalmente legítimo.
Nível local Direitos e necessidades não são tratados. A identidade é restrita. O sistema não é pluralista. A violência estrutural histórica continua. O estado é predatório. As normas internacionais rejeitam a legitimidade local. Essas dinâmicas mantêm a ordem por meio da dominação.	Nível local Direitos, necessidades, justiça e identidade são incorporadas em práticas políticas progressistas. O Estado responde a demandas locais pelas razões acima. O internacional também responde a demandas locais.

A paz híbrida negativa mantém a ordem por meio da manutenção da violência estrutural, a qual requer territorialismo, imobilidade e desigualdade. Poder/ Estado/elites dominam a ordem. Muito suscetível a retornar à paz negativa, mas com potencial de mudança para uma paz híbrida positiva.	A paz híbrida positiva representa a legitimidade local e o consenso e é apoiada (embora talvez não aprovada) pelo internacional. Mobilidade, ligação em redes, pluralista e sustentável. Normas locais, identidade, necessidades, justiça e o consenso moldam a ordem: finamente balanceadas entre a melhoria e a regressão.
--	--

Fonte: Elaboração própria.

CONCLUSÃO

Como Kant escreveu, em uma comunidade universal, os erros cometidos em um lugar são sentidos em todos os demais lugares²⁹. Esta não é uma posição cínica. Na verdade, é pragmática e é até mais relevante na nova era da mobilidade global da comunicação e da tradução, o que se aplica não apenas à comunicação funcional, mas, também, à compreensão e à mediação da posicionalidade de um *vis-à-vis* outros, em termos de justiça distributiva e histórica. Normas, instituições e o direito, no contexto da sociedade civil, do Estado e do âmbito internacional refletem tanto a necessidade de responder aos erros quanto refletem o poder denotado por uma compreensão mais cultural e estrutural da guerra, da violência e, também, da paz e da ordem. No passado, a guerra foi vista como significando a necessidade de progresso interno no Estado para superar as condições políticas que levaram à violência; atualmente, formas civis e sociais de violência são entendidas como estando conectadas a estruturas globais, as quais requerem, também, reformas. Não é suficiente, como o Indicador de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP) faz, planejar o desenvolvimento interno em termos domésticos horizontais; a paz agora denota um movimento global contra a hierarquia do índice geral de IDH, no sentido de uma ordem mundial mais igualitária sob as novas condições tecnológicas da informação em redes, da

²⁹ Ver Immanuel Kant. *Perpetual Peace: A Philosophical Sketch*, 1795; e Daniele Archibugi. Models of International Organization in Perpetual Peace Projects. *Review of International Studies*, Vol. 18, Nº 4, 1992, pp. 295–317.

comunicação e da agência móvel, dos termos do Antropoceno crítico e da multiverticalidade³⁰.

O governo global não está emergindo e até mesmo a governança global é amplamente vista como problemática. Desigualdades de todos os tipos estão sendo crescentemente vistas como “erros”, significando que a natureza da legitimidade política em nível global avançou, na atualidade, de forma irrevogável. De forma similar, temas de legitimidade ambiental e intergeracional surgiram na cena internacional. Eles apontam para o eurocentrismo na arquitetura de paz liberal e para os limites da *práxis* geopolítica e geoeconômica, incluindo o capital global, o modelo de Estado neoliberal e o sistema de balanço de poder. Ademais, esses não podem ser estendidos para um sistema de governo ou de governança global enquanto se constrói um sistema mais amplo de legitimidade internacional-social. O poder não pode lidar com essas reivindicações bloqueando-as e intervindo contra elas: o poder deve, agora, responder pela aceitação e pelo engajamento com elas. A arquitetura internacional, o Estado, o capital globalizado, a tecnologia e a epistemologia devem mirar essas bases para a formação da legitimidade social dentro das restrições da ordem geopolítica/econômica, material e de progresso, de forma a resolver as contradições atuais e paralisantes relativamente à legitimidade dessas diferentes localidades, redes e processos. Nesse sentido, a legitimidade precisa ser entendida em termos etnográficos, sociológicos e normativos, não apenas em termos da lei, dos processos e da eficiência. A legitimidade está relacionada ao provimento do consentimento, por meio de sistemas consensuais de tomada de decisão política, muitas vezes contra a própria estrutura³¹. A intervenção, em termos estratégicos, políticos, sociais, legais ou econômicos somente pode ser mantida sem resistência desses sujeitos.

A justiça pode contrariar o que é natural em termos das estruturas geopolíticas e histórico-materiais profundas da política mundial. Contudo, em termos preliminares, podemos apontar algumas qualidades centrais do pensamento progressista, começando com a equalização da sociedade em termos legais materiais e em níveis global e nacional, ao longo do tempo, a qual atrai o apoio e o consentimento das populações em escalas democráticas, do local ao global. Ela também demanda o pluralismo, a solidariedade, a

³⁰ Ver, por exemplo, o índice apresentado no Apêndice 1 de Oliver P. Richmond. *Failed Statebuilding*. New Haven: Yale University Press, 2014.

³¹ Para mais informações sobre esses debates, ver James Brasset e Eleni Tsingou. The politics of legitimate global governance. *Review of International Political Economy*, Vol. 18, Nº 1, 2011.

revelação da verdade ao público e as formas pacíficas de solução de disputas dentro da sociedade civil³², em todos os setores da sociedade e ampliadas para o Estado, o regional e o internacional. É provavelmente verdade afirmar que essa ambição, abrangendo os grandes pensadores da política e das relações internacionais, de Platão a Kant (ou de Platão à OTAN, ou do Estado de guerra ao Estado de bem-estar social, como é frequentemente argumentado para representar a história do progresso em diferentes locais), está mais próxima de ser atingida e mais plausível do que jamais esteve. Não obstante, as estruturas geopolíticas e materiais e injustiças criadas por humanos ainda se colocam no caminho. Bloqueios estão por toda a parte, as reações são crescentemente claras, mas a vontade política é, frequentemente, ausente, por causa do desafio que quaisquer respostas claras colocam às estruturas de poder duradouras e estabelecidas: militarismo, hierarquias sociais, hierarquias internacionais, o controle do capital e a distribuição material³³.

A paz no século XXI não será dominada por Estados, pelo capital e pelas instituições multilaterais. Ao invés disso, a paz será entendida como o caminho pelo qual seus sujeitos criam processos de posicionalidade arbitral por meio da mobilidade diária, das redes cada vez mais densas e da multiverticalidade, talvez preenchendo a lacuna com a arquitetura de paz do século XX. Os Estados, o capital e as instituições multilaterais e suas contribuições essenciais para a paz e para a ordem estão sendo, gradualmente, substituídas, ou, ao menos, problematizadas e aumentadas, pela posicionalidade arbitral, pela mobilidade diária, pelas redes e pela multiverticalidade. Essas clamam pela existência de novas compreensões da amplitude da paz no tempo, no espaço, nos direitos e nos recursos e, de forma relacionada, a repensar o governo em um mundo em movimento, escalar e interligado, onde a informação amplamente disponível refere-se à política, ao invés de ao poder, no sistema internacional mais profundamente cooperativo que jamais existiu. Os motivos dominantes das novas e mais sociais formas de reflexão sobre a paz parecem ser móveis, híbridos e cientes dos limites ambientais no tempo e no espaço.

³² Ver, por exemplo, Marlies Glasius. Dissident Writings as Political Theory on Civil Society and Democracy. *Review of International Studies*, Vol. 38, Issue 2, 2012, pp. 343-364.

³³ Ver, por exemplo, a "Fortaleza Declaration", Sixth BRICS Summit, 2014.

Começar a delinear as possibilidades para uma paz positiva e híbrida é, já, um ato de hegemonia e deve ser feito com a sensibilidade ética e metodológica e o reconhecimento dos desequilíbrios de poder. O que pode ser observado das figuras acima é que uma paz híbrida positiva, assim entendida pela sociedade, pode bem ser uma paz híbrida negativa do Estado ou do nível internacional, onde as concessões podem ser feitas. Igualmente, a paz positiva do nível internacional pode parecer ser híbrida negativa, vista de baixo. Talvez o Estado social (PIKETTY, 2014, Capítulo 13) seja um compromisso necessário entre os interesses subalternos e da elite no poder para a emergência de uma paz mais avançada e para habilitar o avanço de uma arquitetura de paz global para além do nacionalismo e do capitalismo. O que o local pode experimentar como uma paz híbrida negativa pode bem ser uma paz positiva ou uma paz positiva híbrida, vista de cima. Em outras palavras, se a paz é representativa de um contrato social, e o Estado e o internacional são consequências disso, então processos progressistas e emancipatórios são subjetivamente entendidos de acordo com a posicionalidade no tempo (história), no espaço e na escala (noções fluidas de território), nos recursos (materialidade), nas normas, nos direitos e nos fatores identitários. A emancipação à paz positiva de uma pessoa pode ser a perda de outra pessoa. O hibridismo de uma pessoa é a concessão de outra pessoa. A posicionalidade importa e a visão de baixo, da posição do sujeito, é, provavelmente, o mais legítimo, politicamente, nas práticas de desenvolvimento e democráticas, mesmo se não for a mais adequada para a modernização, para o desenvolvimento, para a segurança global e para os interesses da elite. Todavia, a investigação das condições para as “heterotopias”, onde as contradições do poder e da agência sobre a estrutura são experimentadas e resolvidas na sociedade civil por meio da invenção de novas formas de liberdade, as quais ditam novas formas de relações de poder, está longe de ser avançada (FOUCAULT, 1967, pp.46-49).

REFERÊNCIAS:

- ACEMOGLU, Daron e ROBINSON, James A. *Why Nations Fail*. London: Profile, 2012.
- ANIEVAS, Alexander, MANCHANDA, Nivi e SHILLIAM, Robbie. (eds.). *Race and Racism in International Relations: Confronting the Global Colour Line*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2015.
- ARCHIBUGI, Daniele. Models of International Organization in Perpetual Peace Projects. *Review of International Studies*, Vol. 18, Nº 4, 1992, pp. 295–317.

- BELL, Duncan. What is Liberalism. *Political Theory*, Vol. 42, Nº 6, June 2014.
- BRASSET, James e TSINGOU, Eleni. The politics of legitimate global governance. *Review of International Political Economy*, Vol. 18, Nº 1, 2011.
- BULL, Hedley e WATSON, Adam. (eds.). *The Expansion of International Society*. New York: Oxford University Press, 1984.
- BUZAN, Barry e LAWSON, George. *The Global Transformation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- CARR, E. H. *Conditions of Peace*. London: Macmillan, 1942.
- CARR, E. H. *Twenty Years Crisis*, London: Macmillan, 1939.
- CERNY, Philip G. Paradoxes of the Competition State: The Dynamics of Political Globalisation. *Government and Opposition*, Vol. 32, Nº 2, 1997.
- COMMISSION ON GLOBAL GOVERNANCE. *Our Global Neighbourhood*. New York: Oxford University Press, 1995.
- CRUTZEN, Paul. Geology of Mankind: The Anthropocene. *Nature*, Vol. 415, Nº 23, 2002.
- DUNNE, Tim e MCDONALD, Matt. The Politics of Liberal Internationalism. *International Politics*, Vol. 50, Nº 1, 2013.
- DÜRBECK, Gabriele, SCHAUMANN, Caroline e SULLIVAN, Heather. Human and Non-human Agencies in the Anthropocene. *Ecozon*, Vol. 6, Nº 1, 2016.
- ELDEN, Stuart. *The Birth of Territory*. Chicago: University of Chicago Press, 2013.
- FOUCAULT, Michel. Of Other Spaces, Heterotopias. *Architecture/Mouvement/ Continuité*. Outubro, 1984.
- FOUCAULT, Michel. *The Birth of Biopolitics*. London: Palgrave, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *The Courage of Truth: The Government of the Self and Others II – Lectures at the College de France, 1983-84*. London: Palgrave, 2011.
- GALTUNG, J. Violence, Peace, and Peace Research. *Journal of Peace Research*, Vol. 6, Nº 3, 1969.
- GLASIUS, Marlies. Dissident Writings as Political Theory on Civil Society and Democracy. *Review of International Studies*, Vol. 38, Issue 2, 2012, pp. 343-364.
- HABERMAS, Jurgen. *Moral Consciousness and Communicative Action*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1990.
- HINNESBUSCH, Raymond. Globalisation, democratisation, and the Arab Uprising. *Democratization*, Vol. 22, Issue 2, Março de 2015.
- HUDSON, Michael. *Global Fracture*. London: Pluto Press, 2005.
- HURRELL, A. *On Global Order*. New York: Oxford University Press, 2007.
- IKENBERRY, John G. *Liberal Leviathan*. Princeton: Princeton University Press, 2011.
- KALDOR, Mary. *New and Old Wars*. Third Edition. Cambridge: Polity Press, 2012.
- KANT, Immanuel. *Perpetual Peace*. London: Allen and Unwin, 1917.
- KECK, Margaret E. & SIKKINK, Kathryn. *Activists Without Borders*. New York: Cornell University Press, 1998.

- LINKLATER, Andrew. The Achievements of Critical Theory. In: S. SMITH, K. BOOTH e M. ZALEWSKI. (eds.). *International Theory: Positivism and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MALLOY, Sean P. Pragmatism, Realism, and the ethics of crisis and transformation in international relations. *International Theory*, Vol. 6, Nº 3, 2013.
- MARSHALL, T. H. Citizenship and Social Class. In: MANZA, Jeff e SANDER, Michael. *Inequality and Society*. New York: W. W. Norton and Co., 2009.
- MAZOWER, Mark. *Governing the World: The History of an Idea*. London: Allen Lane/The Penguin Press, 2012.
- MCLOUGHLIN, Claire. *Topic Guide on Fragile States*. Governance and Social Development Resource Centre, University of Birmingham, UK, 2012.
- MCLUHAN, Marshall. *War and Peace in the Global Village*. New York: Bantam Books, 1968.
- MICKLETHWAIT, John e WOOLDRIDGE, Adrian. *The Fourth Revolution*. London: Allen Lane, 2014.
- O'HAGAN, Jacinta. With the best will in the world...?. *International Politics*, Vol. 50, Nº 1, pp.118-137.
- PALMA, Giuseppe Di. *The Modern State Subverted*. Colchester: ECPR, 2013.
- PATTBERG, Philipp e WIDERBERG, Oscar. Theorising Global Environmental Governance. *Millennium*, Vol. 43, Nº 2, 2015.
- PIKETTY, Thomas. *Capital in the 21st Century*. Cambridge/London: Belknap Press of Harvard University Press, 2014.
- PLATÃO. *Republic*. Book VIII. New Haven: Yale University Press. 2006.
- PRASHAD, Vijay. *The Poorer Nations: A Possible History of the Global South*. London: Verso, 2012.
- RAWLS, John. *The Law of Peoples*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1999.
- REUS-SMIT, Christian. *The Moral Purpose of the State*. Princeton: Princeton University Press, 1999.
- RICHMOND, Oliver P. *Failed Statebuilding*. New Haven: Yale University Press, 2014.
- RICHMOND, Oliver P. *Peace Formation and Political Order*. New York: Oxford University Press, 2016.
- RIST, Gilbert. *The History of Development*. London: Zed Books, 1996.
- ROSTOW, Walter. *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *A Lasting Peace through the Federation of Europe/ State of War*. London: Constable, 1917.
- SLAUGHTER, Anne-Marie. *A New World Order*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- STANLEY, William. *Enabling Peace in Guatemala*. Boulder: Lynne Rienner, 2013.

- TALBOTT, Strobe. *The great experiment: The Story of Ancient Empires, Modern States and the Quest for a Global Nation*. New York: Simon Schuster, 2008.
- TICKNER, Arlene B. e BLANEY, David L. (eds.). *Thinking International Relations Differently*. London and New York: Routledge, 2012.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracy in America*. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.
- TULLY, James. Citizenship for the Love of the World, Palestra no Departamento de Ciência Política, Universidade Cornell, 14 de março de 2013, p.11.
- UN DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS. *Capstone Doctrine: Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines*. New York: DPKO, 2008.
- VUCETIC, Srdjan. *The Anglosphere: A Genealogy of a Racialized Identity in International Relations*. Stanford: Stanford University Press, 2011.
- WEISS, Thomas G. e ABDENUR, Adriana Erthal. Introduction: Emerging Powers and the US - What Kind of Development Practice. *Third World Quarterly*, Vol. 35, Nº 10, 2014.
- WEISS, Thomas G., CARAYANNIS, Tatiana e JOLLY, Richard. The “Third” United Nations. *Global Governance*, Vol. 15, 2009, pp.123–142.
- WEISS, Thomas. What Happened to the Idea of World Government. *International Studies Quarterly*, Vol. 53, 2009.
- WENDT, Alexander. Why a World State is Inevitable. *European Journal of International Relations*, Vol. 9, Nº 4, 2003, p. 491–542.
- WILKINSON, Richard e PICKETT, Kate. *The Importance of the Labour Movement in Reducing Inequality*. Centre for Labour and Social Studies, Julho 2014.
- ZIMMERN, Alfred. *The League of Nations and the Rule of Law 1918-1935*. London: Macmillan, 1936.